



“ Anais do I Seminário Internacional
de Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia ”

AGRICULTURA CAMPONESA NO MÉDIO SOLIMÕES NA COMUNIDADE DO SANTO ANTONIO DO IPAPUCU – TEFÉ/AM

Manoel de Jesus Masulo; Raimundo Nonato Freitas dos Santos, Sebastião Sampaio Queiroz

Realização



Apoio



SDS

Secretaria do Estado do meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável



INTRODUÇÃO

São inúmeros os documentos que defendem a importância da agricultura familiar no contexto agropecuário brasileiro, atribuindo-lhe papel fundamental na produção de alimentos e na geração de empregos. A defesa da agricultura familiar faz parte da agenda política de várias organizações ligadas ao campo, como é o caso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST.

A contraposição agricultura familiar x agricultura patronal também é bastante comum, mas envolvida em muita confusão conceitual, especialmente com as noções de agricultura de subsistência e agricultura comercial. Alguns autores, por exemplo, conceituam “agricultura familiar ou pequena agricultura... como aquela realizada em propriedades de até 100 ha” (Teixeira et al, 1996), confundindo assim o modo de fazer a agricultura com o seu porte. Embora, muitas vezes, haja uma associação entre modo e porte, a falta de clareza nas abordagens pode levar a consequências no mínimo indesejáveis quando se trata de políticas públicas.

Compreender melhor o conceito de agricultura familiar e conhecer a sua realidade no país e nesta região constitui-se, pois, num ponto importante para os que integram uma instituição de desenvolvimento regional. Por isso, no presente artigo, pretende-se, fazer menção da importância desse tipo de agricultura praticada pelos moradores da comunidade de Santo Antonio do Ipapucu.

Vale ressaltar que a questão agrária no Brasil é um problema que tem sua origem no processo de colonização com a chegada dos portugueses no século XVI, questão esta que ultrapassou os séculos e até os dias atuais permeia o território brasileiro.

A agricultura familiar praticada por estes moradores constitui-se na principal atividade agropecuária realizada por eles, e que os mesmos tornam-se exemplos pelo fato de praticarem uma agricultura que cause o mínimo de danos possíveis a natureza. Como coloca Diegues (1996:87):

Os povos tradicionais caracterizam-se marcadamente por um conjunto de singularidades: relação de dependência para com a natureza, conhecimento tradicional dos ciclos naturais, utilizam estratégias no uso e no manejo de recursos, possuem clara noção de território, no qual se reproduzem social e economicamente, desenvolvem predominantemente atividades de subsistência, praticam reduzida acumulação de capital, consideram a importância significativa a unidade de produção familiar e comunal, usam tecnologias simples de pouco impacto ambiental, forte identificação dos grupos sociais em razão de sua cultura, etc.

Mais adiante, Diegues (1996) salienta que os povos tradicionais são representados pelos agricultores familiares, que geralmente cultivam a terra e praticam atividades extrativas como a pesca e a caça. Suas técnicas de produção e extração causam poucos danos à natureza, pois são na maioria das vezes voltadas para o próprio consumo, com reduzida atividade comercial. Além disso, essa atividade está condicionada aos ciclos da natureza, ao regime dos rios e lagos.

O desenvolvimento da agricultura propicia a produção de comunidades agrícolas. Do ponto de vista da sociologia, uma comunidade é um conjunto de pessoas que se organizam sob o mesmo conjunto de normas, geralmente vivem no mesmo local, sob o mesmo governo ou compartilham do mesmo legado cultural e histórico.

Para Connerton (1993), é importante o fato de, em todas as formas de conhecimento, fundamentarmos sempre as nossas experiências particulares num contexto anterior para garantirmos que são de todo inteligíveis e que, antes de qualquer experiência isolada, a nossa mente encontra-se predisposta com uma estrutura de contornos, de formas conhecidas de objetos já experimentados. Compreender um objeto ou agir sobre ele é localizá-lo nesse sistema de expectativas.

Por isso a importância deste trabalho, especialmente quando se refere a uma comunidade que pouco depende dos centros urbanos para sua “sobrevivência”, ou seja, dentre muitas comunidades existentes e que pertencem ao município de Tefé, esta comunidade “Santo Antonio do Ipapucu” uma certa auto-suficiência em relação as demais.

Quadro 1 - Infra-estrutura geral e principais problemas da comunidade

INFRA-ESTRUTURA	PRINCIPAIS PROBLEMAS
Motor de luz	Enchentes
Forno	Seca
Sede comunitária	Pragas agrícolas
Televisão	Saneamento básico
Capela	Comercialização dos produtos
Canoa com rabeta	Transporte público
Antena parabólica	Sem escola na comunidade

Fonte: pesquisa de campo (2008).

OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho foi analisar a forma como os moradores da comunidade Santo Antonio do Ipapucu, no município de Tefé/AM, trabalham a questão agrária, destacando os principais pontos que a torna diferente das demais comunidades.

METODOLOGIA

Utilizou-se a entrevista para obter dados relevantes para o desenvolvimento efetivo da pesquisa. Dessa maneira, foi possível efetuar um levantamento dos principais fatores que dificultam o desenvolvimento agrário dos moradores da comunidade. Uma das vantagens da entrevista é que com ela é possível conseguir informações desejadas sobre os mais relevantes itens, além de permitir um aprofundamento de pontos levantados pelos próprios moradores.

Utilizando-se a técnica das entrevistas, acredita-se que é possível obter dados relevantes para o desenvolvimento efetivo da pesquisa. Dessa maneira, foi possível efetuar um levantamento dos principais aspectos que deverão ser levados em consideração no que se refere à questão agrária da comunidade.

A base metodológica para a realização das entrevistas segue o que é proposto por Ludke e André (1986). De acordo com tais autoras, a entrevista é um instrumento básico para a coleta de dados, sendo importante atentar para o caráter de interação que se cria, com uma influência recíproca entre o entrevistado e o entrevistador.

Uma das vantagens da entrevista é que com ela é possível conseguir as informações desejadas com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados assuntos, além de permitir um aprofundamento de pontos levantados por outras técnicas como o questionário, por exemplo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A economia da comunidade Santo Antonio do Ipapucu é baseada especificamente na agricultura da mandioca, para a produção de farinha, sendo dessa forma o produto alvo de comercialização, no entanto, os moradores também plantam outros produtos, tais como: milho, banana, açaí, caju, goiaba, maracujá, cupuaçu, dentre outros; também possuem criação bovina, suína e de aves (patos e galinhas) voltados mais especificamente para o consumo interno da comunidade.

Por ter uma diversificação de culturas, a este lugar foi conferido o apelido de Sítio das Frutas, sendo possível perceber que até certo ponto esta comunidade é auto-sustentável, produzindo

praticamente todo alimento que consome, e vendendo somente o excedente. No que se refere às criações da comunidade, segundo o presidente, é somente para o consumo da própria comunidade, semelhante a uma atividade de subsistência.

Um dos maiores desafios encontrados pelos moradores é para poder escoar a produção, pois, os moradores tem de conduzir seus produtos de canoa (os famosos rabetinhas), principalmente a farinha, para a sede do município, pois, segundo os moradores, certa vez perderam toda uma produção por causa de uma alagação ocorrida no lago de Tefé. Outro fator preocupante é o fato de que os moradores tem de estudar na comunidade vizinha chamada Bacuri, preocupante porque os moradores se deslocam de balhiera (canoa grande, embarcação típica da região), e se dirigem para lá com o objetivo de estudarem.

As atividades econômicas da comunidade, geralmente são feitas de forma coletiva entre os membros da família, típicas do modo de vida camponesa, onde tanto na hora do plantio como da colheita há uma participação geral, ou da maioria, por estarmos falando de uma comunidade que é formada praticamente membros pertencentes à mesma família.

Dessa forma Tavares dos Santos postula que, cada membro da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. É bastante interessante observamos essas relações existentes nas comunidades ribeirinhas. De acordo com o senhor Mário Filho Pinheiro (32 anos, atual presidente da comunidade), geralmente quando as jovens da comunidade se casam, ficam morando na comunidade, fato este que faz com que a família cresça e tenha, logicamente, mais descendentes.

Quanto à produção de farinha, proveniente do plantio da mandioca, a comunidade tem 10 quadras (hectares) de roça, sendo distribuída entre os chefes de famílias, sendo que a farinha produzida da mandioca é responsabilidade primeira do proprietário (chefe de família) que organiza o ajuri (ajuda mútua), tanto para o plantio como para a colheita. Segundo Oliveira, quando a família não consegue completar totalmente a sua necessidade de trabalho, ela pode ser completada pela ajuda mútua entre os camponeses. No que diz respeito ao ajuri, Fraxe (2007) argumenta que:

A prática tradicional do ajuri também faz parte da formação da comunidade e marca a oposição entre o ontem, quando esse tipo de organização, de ajuda mútua no trabalho do roçado era mais freqüente, e o hoje, caracterizado pela diminuição dessa prática.

É importante frisar que a maior porcentagem da farinha produzida pelos moradores da comunidade é comercializada na cidade de Manaus, por membros da família que lá residem, em virtude de serem melhor remunerados. Existem exceções quanto à venda da farinha, pois, quando há encomenda local,

vendem a farinha para compradores do próprio município, todavia, quando estão necessitando “muito de dinheiro”, comenta o senhor Mário de Oliveira (morador mais antigo da comunidade).

Como forma de diversão e religiosidade os moradores da comunidade comemoram o festejo do Santo Antonio do Ipapucú do dia 12 a 14 de junho, a qual, segundo eles, lucram com a venda de bebidas alcoólicas, refrigerantes, etc; para atrair um elevado número de pessoas, eles oferecem *banquete gratuito*, especialmente a carne bovina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi importante pelo fato, de redescobrimos características vivas do campesinato em pleno avanço capitalista sobre o campo, sendo também possível ver um grau elevado na questão da qualidade de vida presente nesta comunidade que está no seio da região amazônica. Para Carlos (2000):

As relações sociais se tornam sólidas nos lugares onde se realiza a vida cotidiana, o que envolve o emprego de um determinado tempo e o espaço em si. Assim, “a relação espaço-tempo se explicita, portanto, como prática socioespacial no plano da vida cotidiana, realizando-se à maneira de modos de apropriação (o que envolve espaço e tempos determinados)”.

Este trabalho ainda proporciona uma maior compreensão do modo de produção agrícola e comercialização destes produtos no Médio Solimões, destacando os pontos positivos e negativos presentes nesta atividade.

Paulino (2006) nos fala que apenas o trabalho é capaz de criar valor, os capitalistas dele se apropriam, ao comprar a produção camponesa a um preço inferior ao valor nela contido.

José Aldemir (2000) comenta que os lugares não se desenvolvem isoladamente, contudo, o principal diferencial deste pequeno lugar é que não ficam esperando por nenhum órgão para poderem fazer alguma coisa por si mesmos, por isso o fato de possuírem uma certa independência do centro urbano do município de Tefé, como também das principais comunidades próximas a esta.

De acordo com Kautsky (1980) por mais que o capitalismo moderno com suas tecnologias e seus aparatos se expandam, sempre haverá um remanescente, ou seja, ainda haverá aqueles que trabalharão, mas que respeitarão a terra onde plantam seus produtos, por isso, acredito podermos dizer que esta comunidade, mesmo em um estado que necessita de investimentos para um maior desenvolvimento, é certamente um lugar que conserva métodos de menor agressão possível ao ambiente,

por se tratar de técnicas tradicionais que não está tão preocupada com o lucro demasiado, que somente destrói e não reconstrói o meio ao qual estão inseridos.

Muitos trabalhos são difíceis de serem concluídos, este se constitui em mais uma difícil conclusão, contudo, não se pode colocar o amor (apego) que esses moradores tem desse lugar, como coloca José Aldemir (2000):

O lugar de moradia não pode ser tido como um local qualquer, precisa estar atrelado a uma rede de relações socioambientais e afetivas, representa um ponto de referência determinado no espaço. Dessa forma, o espaço vivido, não deve estar reduzido ao ambiente natural e ao ambiente construído, mas as formas de uso e controle dos recursos naturais, criadas e recriadas pelas populações locais para a reprodução da vida.

Partindo deste ponto de vista, podemos dizer que esta comunidade vem alcançando um elevado grau de desenvolvimento sócio-ambiental, por manter um vínculo de afetividade para com lugar, facilitado pelo conhecimento adquirido com tempo, de grande parte das dinâmicas regionais.

Entendemos que a comunidade do Santo Antonio do Ipapucu, como tantas outras na região do Médio Solimões prestam um grande serviço para preservação dos recursos naturais, por se utilizar de técnicas de baixo impacto ambiental, e que nem por isso, podem ser considerado como atrasado, pois podemos dizer que os mesmos estão na condição de comunidade auto-suficiente sendo que produzem todo alimento que consomem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONNERTON, P. **Como as sociedades recordam**. Oeiras: Celta Editora, 1993.

DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. Ed. NUPAUB – Universidade de São Paulo, 1994.

FRAXE, T. de J. P. **Cultura Cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. São Paulo: Annablume, 2004.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. Editora Pedagógica Universitária (E.P.U.). São Paulo/SP. 1986.

OLIVEIRA, J. A. de. **Cidades na selva**. Manaus: Editora Valer, 2000.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: contexto, 1996.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PESAVENTO, S. J. **RS: Agropecuária colonial e industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.216p.

SOUZA, M. L. de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.